

## OUR WORD IS OUR BOND: O COMPROMISSO DE AUSTIN

VIVIANE VERAS  
(doutorado UNICAMP)

No GEL de 1991, participei de um Grupo de Trabalho coordenado pelo professor Rajagopalan que teve como tema o trabalho do filósofo John Austin: *Austin: um filósofo inglês com sotaque francês?* Nossos trabalhos<sup>1</sup> foram apresentados como tentativas de resgate do Austin deixado do lado de fora pela Lingüística oficial. Nesse GT, Rajan encerra sua fala dizendo que o caráter multifacetado da filosofia austiniana abriu brechas em todas as direções. Num primeiro momento, o trabalho que agora apresento trata menos de uma tentativa de resgate que de uma exploração desses lugares, das direções que foram dadas à “teoria dos atos de fala” pela Lingüística. A seguir, proponho uma possibilidade de retomada dessa descoberta dos atos de fala que não se reduza a uma adaptação e/ou aplicação da teoria, mas que permita levar em consideração o caminho percorrido pelo filósofo e o compromisso assumido por ele.

Logo no primeiro capítulo de *How to do things with words*<sup>2</sup>, Austin retoma aquilo com que a Filosofia não sabe o que fazer - os pseudo-enunciados, os enunciados que não pertencem ao domínio dos fatos, enfim, os enunciados da ética. A divisão de dá como uma questão muito simples, afirma, de preto e branco: ou o enunciado corresponde aos fatos, tem um sentido, e dele se pode afirmar que é verdadeiro ou falso; ou não corresponde e, portanto, não tem sentido. Se, por um lado, essa divisão parece centrada na necessidade de delimitar o campo dos sentidos; por outro lado, ela vem evidenciar, diz o autor, nossa necessidade de estabelecer limites à quantidade de não-sentido que estamos preparados para admitir que falamos<sup>3</sup>.

Essa exclusão - ser verdadeiro/falso ou não ter sentido - relega ao silêncio grande parte do que é dito, tudo o que não pertence ao domínio dos fatos, aquilo que é impossível verificar. Que tratamento podemos dar a isso que não pertence ao campo dos sentidos? Há pelo menos duas possibilidades de tratar disso que não pode ser verificado: um trabalho de depuração, de esclarecimento, de adequação da linguagem

---

<sup>1</sup> Kanavillil Rajagopalan, (1992), “Austin: um Filósofo Inglês com Sotaque Francês?” em *XXI Anais de Seminários do GEL*, vol. I, São Paulo, p.75.

<sup>2</sup> John Austin, (1975), *How to do Things with Words*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts.

<sup>3</sup> *Ibid.*, 2.

ordinária ou um trabalho de legitimação do não-sentido que teria, finalmente, um lugar no campo da linguagem.

À primeira vista, parece estabelecido o objetivo do trabalho do filósofo moral: ampliar o campo dos sentidos, para fazer caberem aí esses pseudo-enunciados; propor um sistema de legitimação; fazer com que, mesmo não havendo fatos no mundo que lhes correspondam, eles possam ser apreciados, ainda que numa outra dimensão. Este trabalho pretende dar a ver que esse movimento de elogio do excluído não poderia, em hipótese alguma, constituir-se no objetivo último, mesmo irônico, de Austin. Direi, por enquanto, que não me pareceria um objetivo propriamente “moral” e que sua tentativa de classificação dos atos de fala evidencia menos um sistema de legitimação que a própria crise desse sistema.

A legitimidade da divisão sentido/não-sentido parece só poder sustentar-se a partir da manutenção da dicotomia constativo/performativo, que Austin propõe logo no primeiro capítulo de *How to do things with words*. Aos enunciados constativos - que se regem pela lei da correspondência aos fatos, que dizem aquilo que é, que têm a propriedade de serem verdadeiros ou falsos - Austin contrapõe aqueles a que vai dar o nome de performativos - aqueles cuja função é efetuar uma ação e que, de uma certa maneira, **fazem ser** o que dizem. Por não dizer respeito aos fatos, o performativo não pode ser declarado verdadeiro ou falso mas, de acordo com as circunstâncias, é feliz ou infeliz, dá certo ou não dá. Parece tudo muito simples: por um lado, mantém-se o critério de verificação que permite isolar os fatos e, de quebra, torna-se possível acrescentar-lhes os valores. Entretanto, no decorrer da história, performativo e constativo, que a princípio deveriam permanecer em campos separados, começam a se misturar; todo o mistério parecendo sustentar-se no fato de que as estruturas de ambos os enunciados, tanto lógica quanto gramatical, são as mesmas. Desse modo, não há um referencial lingüístico que dê conta da diferença e parece que só resta ao criador dos performativos fazer com que essa diferença prolifere.

Na ausência de um sistema que ordene os atos, o performativo acaba por transformar-se num presente de grego: exerce uma grande atração pela aparência de solução, mas se mostra bem menos adaptável do que parece. Também o constativo, de um instante para o outro não nos é mais familiar, parecendo esvaziar-se, e a única ordem que se impõe, na tentativa de sistematização dos atos de fala, é a da enumeração. Essa é a resposta de Austin cada vez que o convidam a solucionar os problemas levantados. É preciso, insiste ele, fazer o inventário, a lista de todos os atos. A classificação poderia até ser possível, desde que, ele previne, se admita que os atos podem se misturar e que as listas podem apresentar falhas. Na classificação das infelicidades há espaços vazios<sup>4</sup>; na lista que organiza, insiste, há uma assimetria essencial<sup>5</sup>. Trata-se de uma multiplicidade que não compõe um todo, que não é, enfim, compreensível.

São diversas as tentativas de completar esse trabalho, de fechar a questão. Como os critérios lingüísticos se mostram insuficientes, são propostos novos critérios que,

---

<sup>4</sup> Ibid., 18. Observe que, no esquema das infelicidades, as chaves A.1 e Γ.2 estão preenchidas por pontos de interrogação, e vão permanecer vazias.

<sup>5</sup> Ibid., 67.

desconhecendo a insistência do filósofo em tomar os atos um a um, em sua singularidade, buscam o ato em geral, que englobe todas essas especificidades, que lhes dê, afinal, um fundamento. Nesse empreendimento, lançaram-se filósofos da linguagem e lingüistas; inicialmente, como observa Rajagopalan<sup>6</sup>, com toda a empolgação, levados por esse impulso demasiado humano de teorizar, aliado a essa incompletude do trabalho de Austin que, de certo modo, convida a essas tentativas de fechamento, enquanto nos obriga a um confronto com esse impulso teorizador. Por que estamos sempre ansiosos por completar suas falhas? Por que buscamos traçar nas suas tentativas o caminho da demonstração? Por que, afinal, Austin não elucida o único fenômeno que o interessa: o ato de fala total?

Esse movimento de resistência à teoria poderia ser interpretado como um artifício do filósofo que faria, assim, sua entrada no circuito da pós-modernidade; para mim, no entanto, essa resistência é uma necessidade e a condição de possibilidade de seu trabalho. Um dos fatores inibidores da teorização é, certamente, a irredutibilidade dos atos - irredutibilidade essa que se dissemina, como mostra Rajagopalan<sup>7</sup> pelos trabalhos de cada um que toma a si o empreendimento da redução - mas minha hipótese é a de que a insistência do autor em fazer essa lista, ao mesmo tempo completa e com falhas, é a única maneira de presentificar essa irrepresentabilidade do ato. É tomando os atos de fala um a um que Austin vai permanentemente diferindo, postergando o ato de fala total, transformando-o, afinal, em um objeto do desejo.

## O COMPROMISSO DA LINGÜÍSTICA COM A TEORIA DOS ATOS DE FALA

A tentativa mais bem sucedida de uma classificação dos atos de fala é aquela proposta por John Searle em *Speech Acts*<sup>8</sup>. É por essa via que a teoria chega à Lingüística. Uma vez que os critérios lógicos e gramaticais que Austin aplica a enunciados de língua inglesa não servem de garantia, Searle vai basear sua proposta de classificação em critérios que independam de uma língua determinada; critérios que, nesse caso, só poderiam ser extra-lingüísticos. O resgate de uma teoria dos atos de fala, intenção que estaria subjacente à tentativa classificatória de Austin e que Searle teria finalmente posto a descoberto, serve como uma luva para legitimar, de saída, a divisão dos campos Semântica/Pragmática. Desse modo, credita-se à Semântica um avanço e, ao mesmo tempo, permite colocar a Pragmática em sua condição de limite, legitimando a dimensão performativa como margem e, portanto, como exterior ao campo da linguagem “propriamente” dita.

A oposição entre Semântica e Pragmática serviu e serve de alimento a uma literatura abundante e diversa. Através desse corte, a chamada dimensão performativa torna-se passível de uma teorização. Os enunciados performativos não possuem um

---

<sup>6</sup> Kanavillil Rajagopalan, (1992), *A Irredutibilidade do Ato Illocucionário como Fator Inibidor do Êxito das Tentativas Taxonômicas*, DELTA, vol. 8, p. 91-133.

<sup>7</sup> Ibid., 99-100.

<sup>8</sup> John Searle, (1969), *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: CUP.

conteúdo empírico, mas um conteúdo intencional (a intenção na ação, segundo Searle<sup>9</sup>), pertencendo, portanto, ao campo da Psicologia ou das Ciências Cognitivas. Os performativos podem dizer respeito, ainda, aos acordos entre os interlocutores, ou seja, são expressão desses acordos, e aqui já estamos no campo das Ciências Sociais. Entre a intenção - psicológica - e os acordos - sociais, desloca-se o problema para o **uso** privado - ditado pela consciência de cada um, de acordo com regras previamente estabelecidas - ou público - submetido ao controle de leis e garantido pelas instituições.

Na Pragmática, o papel central estabelecido para a intersubjetividade vai recolocar em cena o sujeito enquanto intenção, autoridade, fonte da significação, ao mesmo tempo que considera o sentido também como construção do destinatário, do outro. Sendo assim, é possível estabelecer regras de **uso** da linguagem, de acordo com as mais diversas perspectivas: máximas conversacionais (Grice), *background* e direção de adequação (Searle), teoria da relevância (Sperber & Wilson), noção de face positiva e negativa (Levinson), comunidades interpretativas (Fish), para citar apenas algumas das mais conhecidas na Lingüística. Nesses contextos, é possível, agora, apelar para regras de conversação, boas intenções, sinceridade, etc. que, uma vez aprovadas por uma comunidade de fala ideal, garantirão o pacto linguageiro.

## O COMPROMISSO DA LINGÜÍSTICA QUANDO DIZER É FAZER

*Our word is our bond* é um dito popular de que Austin se serve<sup>10</sup>, para fazer um contraponto às palavras de Hipólito *Minha língua jurou, mas meu coração não*, a propósito da questão das intenções subjacentes aos atos de fala. Trata-se do fato de se argumentar que um ato de fala como a *promessa*, por exemplo, é apenas uma questão de enunciar algumas palavras que devemos ter a *intenção* de sustentar - adequação entre a palavra e o coração. Sendo assim, o ato de fala se limitaria a fazer uma descrição de um estado interior, descrição verdadeira ou falsa, conforme corresponda ou não ao estado descrito. *Our word is our bond*: seria esse o sentido do lema austiniano? Isso que se coloca como uma regulação social, é isso que nos dá a garantia? Um sentido de obrigação moral cuja transgressão acarretaria um drama de consciência?

Parece-me que, em primeiro lugar, é preciso não confundir a moral, sempre presa em sua estreita dependência com relação a determinada sociedade e seus costumes idiossincráticos, com a lei que tem por paradigma a partilha de uma língua, “a ação ligada à palavra - afirma o autor ao final da VI conferência - é, ela mesma, uma performance verbal”<sup>11</sup>. Se ao prometer descrevo minha intenção, isso não me compromete com nada, uma vez que, como afirma Hipólito, meu coração pode não estar de acordo. Compreender o performativo como descritivo é atribuir a Austin exatamente o que ele recusa, é transformar sua posição num erro lógico. O performativo não descreve, *faz*, é um ato de fala, o que significa que o ato faz parte da linguagem, não está fora de seu campo. Colocando o ato como necessário, Austin

---

<sup>9</sup> John Searle, (1995), *Intencionalidade*, Edit. Martins Fontes, São Paulo, cap. 3.

<sup>10</sup> John Austin, op. cit., 9-10.

<sup>11</sup> *Ibid.*, 82.

reintegra à linguagem sua dimensão performativa, tira-a da exterioridade que só pode ser atingida hipotética ou polemicamente. Sua performance, enfim, coloca a Filosofia Moral em ato. Na identidade entre dizer e fazer, nisso consiste a essência do pacto social e sua garantia é exatamente o ato através do qual assume a lei da linguagem como sua.